

## Conselho Nacional de Recursos Hídricos

## **ATA**

## 55º Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Aos 10 dias do mês de setembro do ano de 2024, às 09h34min., no auditório da Agência Nacional 1 2 de Águas e Saneamento Básico (ANA), localizado no Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Blocos M -3 CEP: 70610-200, Brasília/DF, realizou-se a 55ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de 4 Recursos Hídricos, sob a Presidência do Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário-Executivo do 5 CNRH, em substituição legal do Ministro de Estado e Presidente do CNRH, o Sr. Antonio 6 Waldez Góes da Silva, sendo secretariado pela Sra. Fernanda Ayres Jardim Elias, em substituição 7 ao Sr. Giuseppe, que está exercendo a função de presidente do Conselho; e com o 8 comparecimento de diversas autoridades do Ministério da Integração e do Desenvolvimento 9 Regional (MIDR), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e membros do 10 CNRH. 1. O Presidente iniciou os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior. Ato 11 contínuo, a reunião foi aberta com a execução do Hino Nacional e saudação dos presentes pelo 12 Mestre de Cerimônias, seguido da fala inicial de Marco Neves, diretor da Agência Nacional de 13 Águas e Saneamento Básico (ANA), o qual destacou a importância da retomada do Conselho e 14 da formulação de políticas públicas integradas para a segurança hídrica. 2. Em seguida, o 15 presidente do colegiado em exercício, o Sr. Secretário Nacional de Segurança Hídrica, o Sr. 16 Giuseppe Vieira, deu posse aos 50 (cinquenta) novos membros do CNRH, nomeando titulares e 17 suplentes, conforme estabelecido no Decreto nº 11.960 de 2024, seguindo a pauta da 18 reunião. 3. A lista completa dos membros nomeados inclui representantes de diversos 19 Ministérios e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, além de usuários de recursos hídricos e 20 organizações da sociedade civil, destacando-os: dos 25 (vinte e cinco) membros representantes 21 do Governo Federal: pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, titular 22 presidente do CNRH, Antônio Waldez Góes da Silva, primeiro suplente do presidente, o 23 secretário-executivo do CNRH, Giuseppe Serra Seca Vieira, segundo suplente do presidente 24 substituta do secretário-executivo do CNRH, Fernanda Aires Jardim Elias; titular Marcos Aurélio 25 Aragão Veras, primeiro suplente Alexandre Saia e segundo suplente Larissa Alves da Silva Rosa; 26 pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, titular Gustavo dos Santos Gorete, primeiro suplente 27 Cléber Souza dos Santos e segundo suplente Jeff Leão Ribeiro; pelo Ministério das Cidades, 28 titular Flávio Augusto Modesto e Silva, primeiro suplente Gilson Pires da Silva e segundo 29 suplente Keila Nunes da Silva; pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, titular Osvaldo 30 Luiz Leal Moraes, primeiro suplente Javier Tomasella e segundo suplente Roxanne Caran; pelo 31 Ministério da Defesa, titular Diogo de Moura Figueiredo, primeiro suplente Paulo Garcia 32 Brandão e segundo suplente Raimundo Pires Monteiro; pelo Ministério do Desenvolvimento 33 Agrário e Agricultura Familiar, titular Larissa Alves Lacerda e suplente Leonardo Taveira Lemos 34 de Oliveira; pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 35 titular Camille Marques Saabe, primeiro suplente Victor Leo Santana e segundo suplente Iara da 36 Silva Farias; pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, titular Paulo 37 Sérgio Bretas de Almeida Salles, primeiro suplente Marco Antônio Baleeiro Alves e segundo 38 suplente Leandro de Matos; pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, titular 39 Alessandra Aparecida Gaioso Franco de Toledo e suplente Beatriz Suman Nogueira; pelo 40 Ministério da Educação, titular Rita Silvana Santana dos Santos, primeiro suplente Maria do 41 Socorro Silva e segundo suplente Marcelo Bregagnoli; pelo Ministério da Fazenda, titular Ana

Patrizia Gonçalves Lira Ribeiro e suplente Alfredo Assis de Carvalho; pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, titular Erica Meireles de Oliveira e suplente Vinícius Machado Cursino; Ministério do Meio Ambiente, Mudança do Clima, titular Adalberto Maluf, primeiro suplente Iara Bueno Giacomini, segundo suplente o Alexandre Rezende Tofete, titular Guilherme Barbosa Checco, primeiro suplente Lívia Karina Passos Martins e segundo suplente Anderson Felipe de Medeiros Bezerra; pelo Ministério de Minas e Energia, titular Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, primeiro suplente Cristiane Salgado Faria, segundo suplente Sérgio Rodrigues Morais Soares, titular Guilherme Silva de Godoi, primeiro suplente Wilson Rodrigues de Melo Júnior e segundo suplente Cláudia Elizabeth Bezerra Marques; pelo Ministério das Mulheres, titular Maria Josicleide Lima de Aguiar, primeiro suplente Dulce Maria Pereira e segundo suplente Atiliana da Silva Vicente Brunetto; pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, titular Marcelo Viana, primeiro suplente José Tomasino Mendonça e segundo suplente Felipe Wilhelm Peixoto Bodens; pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, titular Wesley Matheus de Oliveira, primeiro suplente Ricardo de Lis e segundo suplente Fabrício Novaes e Silva; pelo Ministério de Portos Aeroportos, titular Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos, primeiro suplente Luiz Sérgio da Cruz Silveira e segundo suplentes Tatiana Gontijo de Loreto Advincula; Ministério dos Povos Indígenas, titular Yuri Jenipapo, primeiro suplente Sami Regina Mourão Oliveira e segundo suplente Lina Apurinã; Ministério das Relações Exteriores, titular Luciana Melchert Saguas Presas, primeiro suplente Francisco Nelson de Almeida Linhares Júnior e segundo suplente Marcos Dementeve Alves Filho; Ministério da Saúde, titular Fábio Davi Vasconcelos, primeiro suplente Gustavo dos Santos Souza, segundo suplente Bruno Cantarella de Almeida e pelo Ministério do Turismo, titular Sinara Leandra Silva Alves de Souza e suplente Caroline Favero de Souza; dos 10 (dez) membros representantes dos Conselhos estaduais e distrital de recursos hídricos. Da primeira vaga, titular Luiz Henrique Magalhães Noquelli representando Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso e suplente Leonardo Sampaio Costa, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul; da segunda vaga, titular Andreia Vulcanis, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos Goiás, suplente Antônio Gutemberg Gomes de Souza, representando o Conselho Recursos Hídricos DF, Distrito Federal; da terceira vaga, titular José Luiz Scroccaro, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná, primeiro suplente vago, segundo vácuo; quarta vaga, titular César Aparecido Martins Louvison, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo e suplente Ana Larronda Asti, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro; quinta vaga, titular Aldo Araújo de Azevedo, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins, primeiro suplente Daniele da Cunha Oliveira Santana, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Rondônia e segundo suplente Cleiane do Socorro da Silva Pinheiro, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amapá; sexta vaga, titular Luciene Mota de Leão Chaves, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará; primeira Fabrícia Arruda Moreira, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas e segundo suplente Marta Cecília Mota de Macêdo Henchen, representando o CERH Roraima; da sétima vaga, titular Igor Claus Pinheiro Cavalcante, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Piauí, suplente Ramon Flávio Gomes Rodrigues, CERH Ceará, segundo suplente vago; da oitava vaga, titular Paulo Lopes Varella Neto, representando CERH Rio Grande do Norte, primeiro suplente Deusdete Queiroga Filho, representando CERH Paraíba e segundo suplente José Almir Cirilo, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco; da nona vaga, titular Eduardo Mendonça Sodré Martins, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia, primeiro suplente Débora Cristina de Andrade Menezes Dias, representando o CERH Sergipe; da décima vaga, titular Robson Monteiro dos Santos, representando o Conselho

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

Estadual de Recursos Hídricos Espírito Santo, suplente Marcelo da Fonseca, representando CERH Minas Gerais; dos 8 (oito) membros representantes dos usuários de recursos hídricos. Pelos irrigantes: titular Jordana Gabriel Saragirardelo, representando como Federação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; primeiro suplente, Mônica Carneiro Meira Bergamaschi, representando a Associação Brasileira do Agronegócio da Região do Ribeirão e segundo suplente Carla Beck Pinto Casting, representando a Federação da Agricultura, estado do Paraná. Pelas instituições encarregadas da prestação de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário: titular Liana Junqueira Marques Ferreira Figueiredo, representando a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviço Público de Água e Esgoto, suplente Marcondes Ribeiro, representando o Instituto SISAR. Pelas concessionárias e autorizadas de geração de energia elétrica: titular Marizete Fátima Daudt Pereira, representando a Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, ABRAGE, primeiro suplente Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas; representando a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa, segundo suplente Josiane Gomes Napolitano, representando a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, APINE. Pelo setor hidroviário-portuário, pelo setor industrial e minero metalúrgico, titular Mário Augusto de Campos Cardoso, representando Confederação Nacional da Indústria, CNI; primeiro suplente Alexandre Luiz Almeida Vilela, representando Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp; segundo suplente Jorge Luiz da Silva Roco, representando o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; titular Cláudia Franco de Salles Dias, representando o Instituto Brasileiro de Mineração, Ibram; primeiro suplente Priscila Cardoso Ferreira, representando o Instituto Aço Brasil e segundo suplente Pedro Henrique Linhares Macedo, representando Associação Brasileira do Alumínio. Pelos pescadores: titular Maria Antônia Poliano, representando a Colônia de Pescadores Artesanais Profissionais de Fátima do Sul, Z10; primeiro suplente Paulo Almir Palhano Carrilho, representando Colônia de Pescadores Artesanais Profissionais de Fátima do Sul e segundo suplente Telma Aparecida Roberto dos Santos, representando a Colônia de Pescadores Artesanais Profissionais de Fátima do Sul. E agora pelos usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: titular Wilson de Azevedo Filho, representando a Associação Nacional das Mineradoras de Águas Termais, AMAT; primeiro suplente Vinícius Rocha Crespo de Oliveira, representando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC; segundo suplente Henrique Ernesto Severien, representando a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Nacional, ABIH Nacional; pelos 7 (sete) membros representantes das organizações da sociedade civil de recursos hídricos. Pelas organizações técnicas de ensino de pesquisas com atuação comprovada na área de recursos hídricos e com no mínimo 5 anos de existência legal: titular Alexandre Kepler Soares, representando a Associação Brasileira de Recursos Hídricos; primeiro suplente Josivan Cardoso Moreno, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e segundo suplente Jefferson Nascimento de Oliveira, representando Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp. Pelas organizações não governamentais com atuação em recursos hídricos e com no mínimo 5 anos de existência legal: titular Ângelo José Rodrigues Lima, representando a Associação para a Gestão Socioambiental Triângulo Mineiro; primeiro suplente Maria Luiza Ribeiro, representando a Fundação SOS Mata Atlântica e segundo suplente Juliano Bueno de Araújo, representando Instituto Internacional Arayara de Educação e Cultura. Pelos comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União: titular João Ricardo Raiser, representando o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba; primeiro suplente José Luiz Scroccaro, representando o comitê da bacia hidrográfica do Paranapanema, segundo suplente Luciano Tavares de Almeida representando o comitê da bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, PCJ Federal, titular Marcelo Pereira Manara, representando o comitê de integração da bacia hidrográfica do

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

Rio Paraíba do Sul; primeiro suplente José Maciel Nunes de Oliveira, representando o comitê da bacia do hidrográfica do Rio São Francisco e segundo suplente Flávio Gonçalves Oliveira, representando comitê da bacia hidrográfica do Rio Verde Grande. Agora pelas organizações representativas dos povos indígenas com atuação em colegiados de recursos hídricos: titular George de Vasconcelos, representando a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, APOINME; primeiro suplente Paulo Henrique Vicente Oliveira, representando a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo. Pelas organizações representativas das comunidades tradicionais com atuação em colegiados de recursos hídricos: titular Cláudio Pereira da Silva, representando a Associação Comunitária Quilombola Lagoa das Piranhas e suplente José Amílcar de Araújo Silveira, representando a Federação da Agricultura e Pecuária do estado do Ceará. 4. Foi proposto pelo presidente do CNRH a inversão da pauta, a fim de viabilizar a apresentação do relatório de conjuntura, item 11, da pauta, bem como os estudos do Rio Grande do Sul, o que foi aprovado, por unanimidade pelo plenário. 5. A ANA, representada pela Sra. Ana Paula Fioreze, Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos, passou a realizar a apresentação da Conjuntura. 6. Após a apresentação do relatório de Conjuntura, o presidente do CNRH facultou aos presentes a oportunidade de se manifestarem, mediante perguntas e esclarecimentos, caso houvessem. 7. Houve perguntas e notas de esclarecimentos do Sr. Guilherme Checco, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); do Sr. Marcelo Manara, representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul; do Sr. Ângelo Lima, representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais; da Sra. Aparecida Vargas, representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica; do Sr. Luciano Almeida, representante do Comitê Federal Estadual do PCJE; do Sr. Paulo Varela, representante do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte; do Sr. Sérgio de Moraes, representante do Ministério de Minas e Energia; do Sr. Paulo Sales, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; do Sr. Malu Ribeiro, representante da sociedade civil; do Sr. Flávio Gonçalves de Oliveira, representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande; sendo todas as perguntas, notas de esclarecimentos, considerações e sugestões foram acatadas e observadas pela Sra. Ana Paula Fioreze, representante da ANA, sobre o relatório de Conjuntura. 8. Ato contínuo, o presidente do CNRH propôs que fosse seguido a apresentação do Pacto Nacional pelas Águas, pela ANA, contudo, foi indagado sobre a possibilidade de realizar os trabalhos do plenário dentro do auditório, a fim de facultar aos suplentes a permanência no auditório e assegurar o direito a voz. 9. Após discussão no Plenário, restou decidido que os trabalhos a serem realizados no período vespertino ocorreriam no espaço físico do auditório. 10. Ato contínuo, o Presidente do CNRH passou a palavra ao Sr. Nazareno Marques de Araújo, Secretário-Geral da ANA, para que realizasse a apresentação do Pacto Nacional pelas Águas, pela ANA, que assim o fez. 11. Após a apresentação, o o presidente do CNRH facultou aos presentes a oportunidade de se manifestarem, mediante perguntas e esclarecimentos, caso houvessem. 12. Houve perguntas e notas de esclarecimentos do Sr. Luciano Almeida, representante do Comitê Federal Estadual do PCJE); do Sr. Ângelo Lima, representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais; Sr. Marcelo Manara, representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul; e do Sr. Porfilio Loureiro, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba; que foram respondidas, acatadas e observadas pelo Sr. Nazareno Marques de Araújo, representante da ANA e responsável pela apresentação do Pacto Nacional pelas Águas. 13. Ato contínuo, o presidente do CNRH orientou sobre a hora e do intervalo para almoço, suspendendo a reunião, com previsão de reinício às 14h30min. 14. Após a suspensão dos trabalhos, às 14h22min., o presidente do CNRH reabriu os trabalhos, convocando os membros titulares a tomarem seus

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162163

164

165166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

lugares no auditório, bem como facultando aos suplentes sua acomodação, às margens do centro do auditório, para viabilizar a identificação dos titulares, a votação e o quórum da reunião. 15. Ato contínuo, o presidente do CNRH, em conjunto com a Secretária-Executiva do CNRH, a Sra. Fernanda Ayres Jardim Elias, realizou a chamada e conferência do quórum deliberativo. 16. Após a checagem, concluiu-se pela existência de quórum para o dos trabalhos deliberativos, passando, portanto, à análise pautados. 17. Iniciados os trabalhos, o presidente do CNRH apontou a existência de um pedido de urgência pra apreciação do plenário da Minuta de Resolução que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas, da bacia hidrográfica Rio Paraíba do Sul, AGEVAP, para o exercício das funções inerentes à Agência de Água da bacia hidrográfica do Rio Grande. 18. Antes da deliberação, foi apresentada uma questão de ordem sobre a necessidade ou não de aprovação das atas de reuniões anteriores (47ª RO-CNRH e a 54ª RE-CNRH). 19. Após discussão entre os membros, decidiu-se que na próxima reunião do CNRH será votada a questão da aprovação das atas ainda não deliberadas. 20. Ato contínuo, foi dada a palavra para o Sr. Hideraldo Buch, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, para fazer a apresentação e defesa da matéria posta em requerimento de urgência, em conjunto com o Sr. Luiz Henrique, coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA. 21. Após a sustentação fundamentada do requerimento de urgência e de seu mérito, o presidente do CNRH abriu a votação para aprovação do requerimento de urgência, a fim de aprovar a delegação da competência à AGEVAP para o exercício das funções inerentes à Agência de Águas da bacia hidrográfica do Rio Grande, aprovada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, com precedência aos itens da pauta, conforme estatui o regimento interno do CNRH (resolução n.º 215, de 2020), que, após a manifestação de abstenção de dois membros (Sra. Jordana, representante da CNA e do Sr. Senil, da CNI), foi aprovada por maioria absoluta o requerimento de urgência e seu teor, que constitui na delegação de competência à AGEVAP para o exercício das funções inerentes à Agência de Águas da bacia hidrográfica do Rio Grande. 22. Ato contínuo, o presidente do CNRH seguiu com a pauta, facultando à análise pelo Plenário do item "3" da pauta: "apresentação do parecer da CONJUR/MIDR sobre a matéria da 47º Reunião Ordinária do CNRH no qual o Plenário aprovou o conteúdo da "Resolução nº 237, de 8 de dezembro 2022", que estabelece critérios gerais de classificação de barragens por dano potencial associado, por volume e por categoria de risco, em atendimento ao art. 7° da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. O parecer da CONJUR sugere: i) a supressão do §7º, do art. 7º, da ref. resolução; e ii) a realização da análise prévia de impacto regulatório (AIR), haja vista que a resolução em questão não apenas consolida, mas atualiza disposições do ato que pretende revogar, trazendo consigo profunda revisão da norma; dessa forma, por se tratar de matéria decidida por órgão colegiado, necessária apreciação pelo CNRH (SEI 59000.012436/2023-99)". 23. Após análise e deliberação pelo Plenário, o presidente passou a votação, sendo votado por maioria, sendo registrado duas abstenções (CNA e MDIC), pela supressão do parágrafo 7º, do artigo 7º, da resolução em comento; bem como restou decido pela realização da avaliação de resultado regulatório (ARR), em até 2 (dois) anos, em substituição da análise de impacto regulatório - AIR, sendo ressaltado a necessidade de adaptação na numeração da resolução, haja vista a existência de três resoluções em vigência com numeração equivalente. 24. Ato contínuo, o presidente passou para o item "4", da pauta, colocando em deliberação a apresentação da "resolução CNRH nº 237, de 27 de dezembro de 2023, que prorroga, por ad referendum, a indicação da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de bacias Hidrográficas — ABHA Gestão de Águas, como entidade Delegatária para desempenhar funções de Agência de água do CBH Paranaíba até 31 de dezembro de 2030, por obrigatoriedade legal (art. 7º, § 5º, Decreto nº 11.960, de 2024)", dando a palavra ao Sr. João

186

187

188

189 190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

Ricardo Haiser, representante do Comitê do Paranaíba, para que apresentasse os fundamentos e defesa da proposição em conjunto com o representante da ANA. 25. Após a apresentação, o presidente do CNRH colocou o objeto em votação que, por maioria, foi aprovada o referendo da resolução n.º 237/2023, sendo registrada a abstenção do Sr. Ângelo Lima, representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais. 26. Ato contínuo, o presidente do CNRH passou para o item "5", da pauta, colocando em deliberação a apresentação da "resolução CNRH nº 238, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe, por ad referendum, sobre o enquadramento dos corpos de águas superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de domínio da União, por obrigatoriedade legal (art. 7º, § 5º, Decreto nº 11.960, de 2024)", dando a palavra o Sr. Júnior Los, representante da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para que apresentasse os fundamentos e defesa da proposição em conjunto com a representante da ANA, a Sra. Ana Paula Generino (coordenadora de qualidade de água e enquadramento da ANA). 27. Após a apresentação, o presidente facultou aos presentes para se manifestarem acerca da proposição, tendo sido levantadas questões pelos Srs. Guilherme Checco, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sr. Ângelo Lima, representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais, Sr. Wilson de Azevedo, representante segmento do Turismo; sendo todos respondidos e acatados pela representante da ANA e pelo representante do CBH do Rio Doce. 28. Ato contínuo, o presidente do CNRH colocou em votação o referendo da resolução nº 238/2023 que, por unanimidade, foi aprovada pelo Plenário do CNRH. 29. Ato contínuo, o presidente do CNRH passou à análise do próximo item de pauta, que trata da deliberação da "resolução n.º 239, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe, por ad referendum, sobre a definição dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, por obrigatoriedade legal (art. 7º, § 5º, Decreto nº 11.960, de 2024)", dando a palavra ao Sr. Thiago Barros, coordenador de cobrança e sustentabilidade financeira da ANA, para apresentação dos fundamentos e defesa da proposição. 30. Após a apresentação, o presidente do CNRH abriu espaço para questionamentos, que inexistiram, passando, então, para deliberação pelo Plenário que, por unanimidade, aprovou o referendo da resolução n.º 239/2023. 31. Ato contínuo, o presidente do CNRH sugeriu a retirada da pauta da análise da minuta do regimento interno do CNRH, haja vista que constatou a necessidade de encaminhamento da proposta à Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais (CTAL), para que emita um parecer técnico e adequações à minuta, sendo acatada pelo Plenário, por unanimidade. 32. Ato contínuo, o presidente do CNRH passou para o próximo item da pauta, que trata sobre o processo de indicação dos membros para as 7 (sete) câmaras técnicas do CNRH (min. 9/máx. 17 membros). 33. Após discussão sobre as questões e procedimento de escolha dos membros das Câmaras Técnicas do CNRH, foi levantado a inversão da pauta para a indicação de interessados a compor as vagas não preenchidas do segmento da organização nacional de representação dos Municípios e do setor hidroviário e portuário, para facultar-lhes a possibilidade de participar da escolha das vagas das Câmaras Técnicas, tendo sido apresentada duas manifestações de interesse pelo Sr. Marcelo Manara, representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul, uma em nome da ANAMA, pelas entidades municipais e a outra pela Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (ofício GPAMM nº 103, de 2024, da ANAMA, endereçado ao presidente do CNRH, Antônio Waldez Góes, a qual manifesta interesse em compor o CNRH, assim como também o ofício da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias, ABEPH), protocoladas na mesa diretora. 34. Ato contínuo, ficou registrado pela Secretária-Executiva do CNRH sobre a inversão da pauta, pois, as discussões passaram a se tratar acerca do preenchimento das cadeiras remanescentes vagas no CNRH, e não mais propriamente sobre as indicações das Câmaras Técnicas, seguindo, portanto, com as discussões em Plenário. 35. Após discussão em Plenário, o presidente do CNRH verificou a ausência de alguns conselheiros e passou a realizar

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

a contagem do quórum deliberativo que, após contagem, constatou a inexistência de quórum regimental para o trato de matéria deliberativa, restando prejudicada a deliberação acerca do procedimento de escolha dos aspirantes às cadeiras vagas do setor de saneamento, bem como da forma de escolha dos candidatos ao preenchimento das vagas dos segmentos dos Municípios e do setor hidroviário e portuário, restando prejudicada tais deliberações. 36. Ato contínuo, o presidente do CNRH destacou que os itens restantes da pauta não possuem caráter deliberativo, bem como destacou a necessidade da apresentação da metodologia de escolha das vagas das Câmaras Técnicas, que será realizada pelo Sr. Leonardo Mitre, representante da empresa ENGECORP, responsável pela criação da metodologia. 37. Ato contínuo, após dada a palavra, o Sr. Leonardo Mitre iniciou a apresentação, a qual explicou a forma e o procedimento de escolha das referidas vagas, destacando que o processo de escolha seria eletrônica e que a metodologia seria por meio de nível de prioridade, sendo 1 de maior prioridade e 7 de menor prioridade, considerando que são 7 (sete) Câmaras Técnicas a serem preenchidas (mín. 9/máx. 17 membros). 38. Após a apresentação, foram levantadas questões e dúvidas sobre o processo de escolha, tendo se manifestado o Sr. Sr. Ramón Rodrigues, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Ceará; e o Sr. Paulo Varela, representante do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte; sendo sanadas pelo Sr. Leonardo Mitre. 39. Ato contínuo, a Secretária-Executiva do CNRH destacou a necessidade de uma pausa, para o coffee break, e que nesse período de pausa para hidratação e alimentação os membros presentes poderiam realizar a escolha das vagas, destacando que no retorno dos trabalhos, o Plenário teria ciência do resultado, a fim de aplicar os ajustes, caso necessários. 40. Após o retorno do coffee break, o presidente do CNRH retomou os trabalhos, passando ao próximo item da pauta, que é a apresentação do "relatório de Segurança de Barragens/ANA 2022 e 2023, em atendimento à lei  $n^{o}$  12.334/2010", considerando que o tempo da apresentação facultaria à equipe técnica da ENGECORP prazo suficiente para realizar os procedimentos administrativos para publicação do resultado das escolhas das vagas das Câmaras Técnicas, considerando que tal procedimento não possui caráter deliberativo. 41. Ato contínuo, o presidente do CNRH facultou a palavra ao Sr. Bruno, representante da ANA, responsável pela apresentação do relatório de segurança de barragens dos anos de 2022 e 2023. 42. Após a apresentação, o presidente do CNRH abriu espaço para questionamentos e dúvidas aos presentes no Plenário, sendo consignado a manifestação da Sra. Aparecida Vargas, representante da ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica, que foram prontamente respondidas e sanadas as dúvidas pelo representante da ANA (Sr. Bruno). 43. Ato contínuo, o presidente do CNRH retornou para o item da pauta de preenchimento das vagas das Câmaras Técnicas, dando a palavra ao Sr. Leonardo Mitre, que divulgou o resultado da escolha realizado pelos presentes. 44. Após a divulgação do resultado, foram levantados questionamentos e dúvidas sobre o procedimento, sendo registrado manifestações da Sra. lara, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Sr. Leonardo, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul; Sr. Alexandre, representante Setor Industrial; Sr. Paulo Varela, representante do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte; Sra. Alessandra Aparecida Gayoso Franco de Toledo, representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, que abriu mão de participar na CTEC e CTPA, mantendo o interesse em participar da CTSB e CTAS; Sra. Aparecida Vargas, representante da ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica; Sr. João Ricardo, representante do Comitê do Paranaíba; Sra. Jordana, representante da CNA - irrigantes; Sr. Jeferson Nascimento, representante e segundo suplente da OTEP; Sr. Wilson de Azevedo, representante segmento do Turismo; que estão devidamente registradas no relatório de degravação da 55ª RE-CNRH, que vai em anexo a esta ata. 45. Ato contínuo, o presidente do CNRH destacou que a metodologia foi devidamente explicada, estando claro a

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

330 forma de escolha, e que o procedimento de escolha não constitui matéria deliberativa, razão 331 pela qual se manterá a metodologia e o resultado ali consagrado, passando, portanto, às 332 adaptações e aos ajustes indicados pelos membros presentes, haja vista que existem 333 manifestações de abdicação de vagas de alguns representantes, o que viabiliza o preenchimento 334 da vaga por outro órgão/setor. 46. Ato contínuo, após ajustes na composição das vagas das 335 Câmaras Técnicas, o resultado final ficou da seguinte forma: a) Câmara Técnica de Segurança 336 de Barragens (CTSB): foram preenchidas as 17 (dezessete) vagas, sendo sua composição pelos 337 seguintes representantes: CERH-MT; MPI; MDHC; ABRAGE; IBRAM; MMA; CERH-PI; CNA; CERH-338 RN; MAPA; CERH-BA; MIDR; CNI; ACQLP; MME; CERH-SP; e ABRHidro; b) Câmara Técnica de 339 **Águas Subterrâneas (CTAS)**: foram preenchidas as 17 (dezessete) vagas, sendo sua composição 340 pelos seguintes representantes: CERH-PA; ACQLP; CERH-MT; CERH-341 PI; MD; ABRHidro; IBRAM; AMAT; CNA; MAPA; MMA; CNI; CEIVAP; CBH 342 Paranaíba; MME; CERH-RN e MIDR; c) Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental 343 e Territorial e de Saneamento Básico (CTAT): foram preenchidas as 17 (dezessete) vagas, sendo 344 sua composição pelos seguintes representantes: CERH-BA; MMA; CERH-345 PI; MCID; MPI; MDHC; MEC; CEIVAP; MDIC; CERH-PA; ABRHIdro; MAPA; ABCON; ANGÁ; CBH 346 Paranaíba; CERH-RN e CNA; d) Câmara Técnica de Educação, Informação e Ciência e Tecnologia 347 (CTEC): foram preenchidas as 17 (dezessete) vagas, sendo sua composição pelos seguintes 348 MDIC; CERH-BA; MDHC; MMA; ANGÁ; CEIVAP; CERHrepresentantes: ABRHidro; MEC; 349 PA; CERH-MT; CBH Paranaíba; IBRAM; MME; MAPA; CERH-SP; MIDR e CNI; e) Câmara Técnica 350 de Planejamento e Articulação (CTPA): foram preenchidas as 17 (dezessete) vagas, sendo sua 351 composição pelos seguintes representantes: MPO; CEIVAP; ABRHidro; MME; CERH-352 RN; MMA; CERH-PI; ANGÁ; CERH-SP; CBH Paranaíba; MIDR; CNI; AMAT; CNA; ABRAGE; MAPA e 353 MME; f) Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC): foram 354 preenchidas as 17 (dezessete) vagas, sendo sua composição 355 representantes: CERH-PA; ACQLP; MME; CERH-PI; CNA; CERH-RN; CBH Paranaíba; MIDR; CERH-356 MT; MMA; CNI; IBRAM; MAPA; AMAT; ABCON; CERH-BA e ABRAGE; e q) Câmara Técnica de 357 Assuntos Institucionais e Legais (CTAL): foram preenchidas as 17 (dezessete) vagas, sendo sua 358 composição pelos seguintes 359 representantes: MIDR; MIDR; CNI; MAPA; MME; AMAT; ABCON; ANGÁ; CERH-360 SP; MPor; ABRAGE; CNA; CBH Paranaíba; ACQLP; IBRAM; MME e CERH-RN; restando 361 homologado seu resultado. 47. Ato contínuo, após a homologação do resultado da escolha das 362 vagas das Câmaras Técnicas, o presidente do CNRH informou que os itens propostos na pauta, 363 ressalvados aqueles retirados e não deliberados, foram devidamente apreciados na 55ª reunião 364 extraordinária do CNRH, agradecendo a presença de todos que ficaram até o final da sessão, 365 destacando o comprometimento com as matérias de competência do Conselho, razão pela qual 366 declarou o encerramento da sessão da qual, para constar, eu, Fernanda Ayres Jardim Elias, 367 Secretária-Executiva do CNRH, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, conjuntamente com 368 seus anexos, vai por todos assinada eletronicamente, conforme dispõe o artigos 15, 37, IX, e 38, 369 XII, da resolução CNRH nº 215, de 2020.